

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NA UFPB: ESTUDO DE CASO DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DA PRA¹

Emails:
germanaalmeida@b
ol.com.br
edvaldocalves@gma
il.com

Germana Oliveira Almeida de Mendonça², Edvaldo Carvalho Alves³

Resumo

A informação pública é considerada um bem público, e pode ser produzida pelo Estado ou estar sob a guarda dele. A pesquisa se justifica por contribuir com a discussão referente à consolidação do acesso a informação pública, favorecer o fortalecimento da cidadania e promover debates acerca da transparência e diretrizes asseguradas pela Lei nº 12.527/11. O objetivo principal do estudo é identificar qual o conhecimento que os servidores da Coordenação de Contabilidade e Finanças da Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal da Paraíba possuem sobre as regras e procedimento que normatizam a disponibilização e acesso de informações públicas consoante com a Lei nº 12.527/11. De acordo com seu objetivo a pesquisa é descritiva, a abordagem quantitativa/qualitativa, e os procedimentos técnicos adotados são o estudo de caso e a pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada através da pesquisa bibliográfica, documental e técnicas de aplicação de questionário semiestruturado aos servidores técnico-administrativos do quadro funcional da unidade pesquisada e técnica de observação direta estruturada no *site* da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal da Paraíba. Para a obtenção da resposta ao problema e alcance do objetivo geral e específico utilizou a técnica de análise temática de conteúdo para os dados qualitativos e para os quantitativos a análise estatística dos dados. Os resultados almejados são: a elucidação e compreensão do questionamento que o originou o estudo; e colaboração com subsídios para o fortalecimento da transparência pública e o acesso à informação na Coordenação de Contabilidade e Finanças da Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Palavras-chave: Acesso à Informação. Informação Pública. Transparência Pública. Lei de Acesso a Informação pública.

Abstract

Public information is considered a public good, and can be produced by the state or under his guard. The research is justified by contributing to the discussion regarding the consolidation of access to public information, promote the strengthening of citizenship and promote debates about transparency and guidelines provided by the Law No. 12,527 / 11. The main objective of the study is to identify the knowledge that the servers Accounting Coordination and Finance Dean of Administration of the Federal University of Paraíba have on the rules and procedures that regulate the availability and access of

¹ Esta Pesquisa foi aprovada em exame de qualificação de mestrado realizado no PPGCI/UFPB em 29/04/2016

² Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/UFPB.

³ Doutor em Ciências Sociais. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFPB e do Departamento de Ciência da Informação/UFPB.

public information according to Law No. 12,527 / 11. According to his research goal is descriptive, quantitative / qualitative approach, and the adopted technical procedures are the case study and document research. Data collection was conducted through literature search, document and questionnaire techniques semistructured to technical and administrative staff of the staff of the unit researched and structured direct observation technique in the Dean of Personnel Management website of the Federal University of Paraíba. To obtain the answer to the problem and scope of general and specific purpose will be used the thematic analysis of content to the qualitative data and the quantitative statistical analysis of the data. The expected results are the elucidation and understanding of the question that originated the study; and collaboration with grants for strengthening public transparency and access to information in Accounting Coordination and Finance Dean of Administration of Federal University of Paraíba.

Keywords: Access to Information. Public Information. Public Transparency. Access to Public Information Law

1 INTRODUÇÃO

A informação está presente e sendo produzida em todos os campos de conhecimento, e embora ela tenha conceito e sentido singular para cada área, é a Ciência da Informação (CI) que “investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam seus fluxos, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima” (BORKO, 1968, p. 3).

É preciso ressaltar que o objeto “informação” é uma representação de alguma substância ou coisa útil à sociedade, e como tal, alguns autores a enxerga como conhecimento, e, portanto, é algo que ajuda na resolução de um problema ou completa uma lacuna, conforme cada necessidade (OLIVEIRA, 2011). Todavia, como a CI é um campo interdisciplinar por natureza, a conceituação de seu objeto de estudo, a informação, também é afetado por essa diversidade de contribuições, no entanto, Fonseca (2005, p. 20) ao abordar Belkin ressalta que “a questão central não é estabelecer uma definição singular para a informação, e sim conceitos em cuja pluralidade se poderiam identificar maneiras de ver e interpretar o fenômeno da informação, mais do que afirmar o que ele vem a ser”.

Diante disso, a pesquisa volta-se para a informação cuja procura tem a tendência de ser “um instrumento modificador da consciência, da sociedade, do homem e de seu grupo” (BARRETO, 1994, p. 1). Logo, a informação pública é um bem público, tangível ou intangível, produzida pela atividade da administração pública ou simplesmente pode estar em seu poder, sem o *status* de sigilo, ao ser acessível ela tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social (BATISTA, 2010).

Dessa maneira, o acesso à informação pública é tratado como um direito e garantia fundamental do cidadão em diversas convenções e Leis, assim, com a sanção da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), o Brasil realizou uma importante etapa para ampliar a participação da sociedade e fortalecer instrumentos de controle da gestão pública, tornando o seu acesso como regra, e o sigilo a exceção, confirmando o assegurado no art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal (CF) de 1988 em que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Assim, o campo empírico da pesquisa é a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), cuja “criação veio ao encontro da necessidade de promover o desenvolvimento regional e nacional através do ensino, pesquisa e extensão” (UFPB, 2014, p. 18). Para executar o estudo foi escolhido como universo a Coordenação de Contabilidade e Finanças (CCF) da Pró-Reitoria de Administração (PRA) da UFPB, que segundo seu estatuto “tem por finalidade o registro e a análise dos atos da gestão econômico-financeira da Instituição” (UFPB, 2014, p. 2), sendo, portanto, uma grande produtora de informação pública, tratando e disponibilizando informações financeiras, orçamentárias e patrimoniais ao público externo e interno.

De acordo com o exposto, a pesquisa se justifica por contribuir com a discussão referente à consolidação do acesso à informação pública, favorecer o fortalecimento da cidadania e promover debates acerca da transparência e diretrizes asseguradas pela Lei nº 12.527/11. A questão-problema do estudo é: qual o conhecimento que os servidores da CCF da UFPB possuem sobre as regras e procedimento que normatizam a disponibilização e acesso de informações públicas consoante com a LAI? Cujo objetivo principal é identificar as regras e procedimento que regulamentam a oferta e o acesso de informações públicas contidas na Lei nº 12.527/2011 presentes no cotidiano da CCF/UFPB. E, para isso percorrerá os objetivos específicos descritos a seguir:

- a) Identificar o domínio dos funcionários da CCF/PRA/UFPB detém sobre as regras e procedimentos utilizados para gerir e disponibilizar informações públicas produzidas no setor sob os preceitos da LAI.
- b) Mapear as demandas de informações solicitadas e os canais utilizados para isso;
- c) Verificar o processo de acesso à informação pública sob a égide da LAI na CCF/PRA/UFPB; e
- d) Diagnosticar a situação em que se encontra a LAI na CCF UFPB e possíveis melhorias.

Neste artigo apresentamos os resultados parciais já alcançados no estágio em que se encontra a pesquisa, em particular, o objetivo específico primeiro, que busca indentificar a percepção dos funcionários sobre os seus conhecimentos das regras de gestão e disponibilização da informação pública presentes na LAI. Além disto, também efetuamos um esboço do perfil social destes sujeitos. Iniciamos com a descrição do desenho metodológico da pesquisa para a seguir apresentarmos os resultados.

2 METODOLOGIA

Para fazer uma pesquisa é preciso inquietar-se, indagar-se e por isso “a pesquisa é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, cujo objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26). Não obstante, o estudo tem por objeto o acesso à informação pública na CCF/PRA/UFPB e para sua consecução será adotada a abordagem quantitativa/qualitativa para atingir os seus objetivos utilizar-se-á de procedimentos metodológicos descritivos que

Do ponto de vista científico, descrever é coletar dados (para os pesquisadores quantitativos medir; para os pesquisadores qualitativos, coletar informações). Isto é, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim (vale a redundância) descrever o que se pesquisa (SAMPIERRI, COLLADO E LÚCIO, 2006, p. 101).

Na trajetória de execução dos procedimentos técnicos, inicialmente foram realizadas a pesquisa bibliográfica e documental e, posteriormente, uma pesquisa de campo de característica de Estudo de caso com o “propósito de estudar características e aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem” (GIL, 2008, p. 139). A coleta de dados foi obtida através de pesquisa bibliográfica, documental e técnicas de aplicação de questionário semiestruturado aos servidores técnico-administrativos do quadro funcional da unidade pesquisada e a técnica de observação direta estruturada. Para desvendar a resposta ao problema, e alcance do objetivo geral e específico, foi utilizada a técnica de análise temática de conteúdo para os dados qualitativos que “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema” (RICHARDSON, 2010, p. 243). Simultaneamente, para os dados quantitativos adotou-se a análise estatística com a apresentação dos dados em formato de tabelas, gráficos e quadros “uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa dos dados, podendo apenas com uma olhada, apreender importantes detalhes e relações” (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 153).

Diante do exposto, tem-se que a CCF é composta por três divisões que totalizam 34 (trinta e quatro) funcionários técnico-administrativos distribuídos da seguinte forma: Secretaria da CCF, três servidores; na Divisão de Contabilidade (DC), 14 (catorze); na Divisão de Administração Financeira (DAF), dez; e na Divisão de Acordos e Convênios (DAC), sete. Em função do exposto, é pertinente resaltar que não foi possível aplicar quatro questionários em função de aposentadoria, licença gestante, férias e afastamento por doença de servidores ausentes. No entanto, do universo de pesquisa 30 servidores em atividade foram obtidos 23 (vinte três) formulários respondidos e sete em branco, o que perfaz uma amostra de retorno representativa para o estudo.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da aplicação do instrumento de coleta de dados (questionário semiestruturado) e do tratamento, análise/interpretação inicial dos mesmos, a pesquisa nos possibilitou, simultaneamente, fazer algumas inferências sobre o conhecimento que os servidores da CCF/PRA/UFPB possuem sobre a LAI e esboçar um perfil destes atores, o que apresentamos a seguir.⁴

Foram entrevistados 23 servidores, todos lotados na CCF/PRA/UFPB, que se constitui em nosso recorte empírico. Pelas respostas, percebe-se que estes são predominantemente do sexo feminino, (52%), com uma idade média de 40 anos, possuindo nível de formação acadêmica elevada, com (61%) de pós-graduados, (30%) de graduados e (9%) com formação em ensino técnico/médio e com um tempo significativo de trabalho no serviço público no exercício de suas funções, em média de 30 anos.

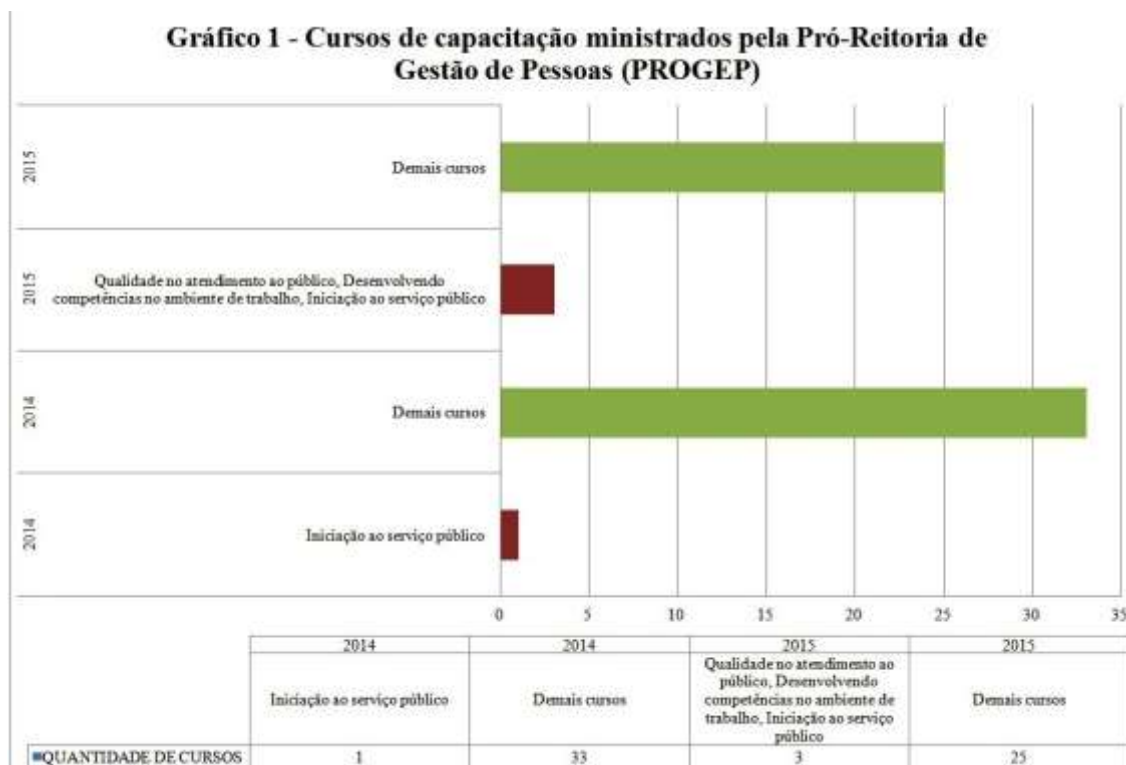
⁴ Ressaltamos que estes dois pontos representam o primeiro objetivo específico de nossa dissertação.

No entanto, apesar deste alto nível de formação e do longo tempo de trabalho no setor público, nos chamou a atenção o fato de que, segundo os mesmos, para atender, eficientemente, as demandas dos usuários por informações, (78%) dos entrevistados afirmaram enfrentar algum tipo de incerteza quanto aos critérios que deveriam ser utilizados para a classificação das informações em sigilosas ou não.

Quando perguntados sobre a natureza da informação que produziam em seu setor, (82,6%) responderam que consideravam as informações como sendo de caráter público, o que nos parecer ser, a uma primeira vista, sintomático de uma postura sensível à necessidade de disponibilização destas informações aqueles que dela necessitam ou as demandam.

Entretanto, esta postura esbarra, para sua efetiva concretização, na ausência de habilidades e competências destes servidores para atuarem juntos as demandas de acesso à informação por parte dos cidadãos, como expresso por (87%) dos entrevistados quando questionados a este respeito. O motivo elencado por estes para esta carência foi, predominantemente, (82,6%), a ausência de oferta, por parte da instituição, de cursos de capacitação e campanhas de conscientização.

Esta consciência dos servidores sobre a não posse de qualificações necessárias ao desempenho das atividades fundamentais para a disponibilização da informação ao cidadão pode ser apontada como consequência direta da ausência de cursos ofertados pela instituição, indício corroborado pelos dados coletados através da observação direta estruturada no site da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPB (PROGEP/UFPB) acerca da oferta de cursos de capacitação que contenham a temática da LAI ou do atendimento ao cidadão, como demonstrado no gráfico 1 abaixo.



Fonte: desenvolvimento nosso. Dados extraídos do site www.progep.ufpb.br

A PROGEP nos anos de 2014 a 2015 ministrou 62 (sessenta e dois) cursos de capacitação para os funcionários técnicos-administrativos para todos os campus da UFPB e com conteúdos diversos. No entanto, apenas quatro destes cursos possuíam temática que poderia possibilitar a divulgação e conscientização acerca das prerrogativas da LAI. Dessa forma, o total de vagas oferecidas em dois anos foi de 150 (cento e cinquenta) perfazendo um total de 478 horas/aula, das quais apenas 92 (noventa e duas) horas/aulas estavam destinadas ao módulo de “Qualidade no atendimento ao cidadão”, o que significa dizer que equivale a (19,24%) do total de horas/aula em dois anos oferecidas para todos os servidores da UFPB.

Considerando que esse percentual está distribuído em quatro cursos, isto nos faz supor que cada curso conta com aproximadamente (4,81%) de seu total de carga horária destinado à temática. Não obstante, o módulo de “Qualidade no atendimento ao cidadão” aborda vários conteúdos além da legislação, o que torna o espaço de divulgação e conscientização da LAI insipiente, ratificando os altos índices apontados em pesquisa junto aos funcionários técnicos administrativos acerca da insegurança em classificar as informações sigilosas, desconhecimento sobre ofertas de cursos de capacitação na área e insegurança em agir e atuar em consonância as premissas da LAI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento, o atual estágio de desenvolvimento da pesquisa tem nos possibilitado apreender aspectos importantes que constituem um possível *modus operandi* daqueles que produzem, organizam e são responsáveis pela disseminação da informação na CCF/PRA/UFPB, que aponta para a existência de dificuldades, que são traduzidas pela insegurança dos agentes públicos em agir e atuar em conformidade com o dispositivo legal devido, principalmente, ao desconhecimento em relação a LAI. Este desconhecimento em relação a LAI, fica perceptível, tanto pelo conteúdo das falas dos sujeitos, como pelos dados documentais, tem relação direta com a carência de oferta de cursos de capacitação por parte da instituição que tem como foco central esta temática.

Apesar desta barreira existente, percebe-se um forte interesse por parte dos servidores de adquirir conhecimentos para superá-la e, assim, serem capazes de atuar eficientemente como agentes de disseminação da informação de natureza pública, contribuindo, portanto, para a concretização da LAI.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. A. **A Questão da Informação**. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação Seade, v 8, n 4, 1994. Disponível em: <
<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 20/01/2016.

BATISTA, C. L. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social**. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BORKO, H. Information Science: what is it? *American Documentation*, v.19, n .1, p.3-5, Jan. 1968. . (Tradução Livre). Disponível em: <<http://www.josesales.com.br/arquivos/BORKO%20Harold%20-%20Ci%C3%Aancia%20da%20informa%C3%A3o.psf>>. Acesso em 04/03/2016.

BRASIL. **Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em 31/03/2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais 1/92 a 57/2008. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 31/03/2016.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação.** Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. 3ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Marlene de (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia:** novos conteúdos e espaços de atuação. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, 139 p. (Didática).

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al.). 3ª ed. 11ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SAMPIERRI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa.** 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **RELATÓRIO DE GESTÃO 2014.** Disponível em: <<http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/RG%202014%20-UFPB.pdf>>. Acesso em: 16/05/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **ESTATUTO UFPB DA PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA.** Disponível em: <<http://www.pra.ufpb.br/prac/contents/formularios/estatuto-pro-reitoria-administrativa.pdf>>. Acesso em: 16/05/2016.

Site consultado:

www.progep.ufpb.br/